

GARCIA, E. F.; SANTOS, G. S. (Org.). **Mulheres do mundo Atlântico: gênero e condição feminina da época moderna à contemporaneidade**. 1. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2020. v. 1. 178p.

Beatriz Henriques Lemos ALVES¹

Organizado pelas Doutoradas Elisa Fruhauf Garcia, professora titular em História da América Colonial na Universidade Federal Fluminense (UFF) e professora-associada no programa de pós-graduação em História da mesma instituição (PPGH-UFF), e Georgina Silva dos Santos, também membro do Departamento de História da UFF e professora-associada do PPGH-UFF, a obra *As Mulheres do Mundo Atlântico: Gênero e Condição Feminina da Época Moderna à Contemporaneidade*, fruto do PPGH-UFF e composta por nove artigos de diversos historiadores, além de uma entrevista, empenha-se em destacar um esforço contínuo para evidenciar mulheres que, embora negligenciadas na narrativa histórica, desempenharam papéis cruciais na construção da realidade concreta, sendo capazes de desafiar ou recusar as idealizações impostas ao feminino no imaginário social, as quais eram frequentemente legitimadas por instituições estatais e religiosas. Dessa forma, enfatiza não apenas sua presença na história, mas também a relevância de suas ações e visões na formação da sociedade, proporcionando uma compreensão mais abrangente e inclusiva do papel das mulheres ao longo do tempo.

Impulsionado por tais concepções, o conteúdo do manuscrito inicia-se por meio de uma breve apresentação para contextualizar o leitor sobre os temas discutidos. Esta introdução é então seguida pelo texto “Fora do talho e medida”: perfis femininos no Auto dos Cantarinhos de António Prestes (séc. XVI)”, da Professora Doutora Vanessa de Souza, no qual a historiadora procura analisar as representações femininas em uma das peças atribuídas ao autor António Prestes, expondo um ponto crucial sobre como as relações de gênero em Portugal no século XVI refletiam expectativas e desconfianças em relação às mulheres daquele período. O segundo texto, “As Mulheres Indígenas na Formação do Brasil: historiografia, agências nativas e símbolos nacionais”, da organizadora Elisa Fruhauf Garcia, destaca a importância das mulheres indígenas na formação da sociedade colonial brasileira, ressaltando o papel crucial de sua interação com homens europeus para o estabelecimento dos primeiros núcleos coloniais no Brasil.

¹ Graduanda do curso de Bacharelado e Licenciatura em História pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP - campus de Franca.

O terceiro texto do livro, intitulado "Mulheres neoconvertas perante o Santo Ofício: como resistir ao *Monstrum horrendum?*", de autoria de Angelo Adriano Faria de Assis, Professor Associado da UFV, explora a situação das mulheres neoconvertas em relação à Inquisição, fornecendo uma análise aprofundada das estratégias e dificuldades que enfrentaram durante os momentos de pressão e repressão do Santo Ofício. O quarto texto, "Costurando fragmentos: Cristãs-novas da Bahia e a rota sefardita no século XVIII", escrito por Ademir Schetini Júnior, Mestre em História pelo PPGH-UFF, procura analisar a memória religiosa criptojudáica na Bahia de Todos os Santos durante o século XVIII, com ênfase na comunidade de mulheres cristãs-novas. Ao utilizar dossiês inquisitoriais das mulheres processadas pela Inquisição de Lisboa por praticarem a religião judaica, o autor contribui para revelar aspectos de resistência e preservação de sua identidade cultural.

Em "Véus de Heresia: freiras e donatas nas malhas da Inquisição portuguesa (século XVIII)", quinto texto do manuscrito, Georgina Silva dos Santos, Professora Associada do PPGH-UFF, explora a história das mulheres nos conventos portugueses do século XVIII. Destaca não só o papel da realeza e da nobreza na sustentação dessas instituições, mas também a significância desses espaços como locais de vivência religiosa. Além disso, são abordadas as relações entre as freiras, as doadoras e a Inquisição, revelando os desafios enfrentados pelas mulheres nesse contexto específico. No sexto texto do manuscrito, intitulado "Mulheres indígenas e política no Brasil oitocentista: o caso de Damiana da Cunha" e escrito por Suelen Siqueira Julio, Doutora em História pelo PPGH-UFF, a autora examina o envolvimento político das mulheres indígenas em Goiás durante a primeira metade do século XIX, especialmente destacando a figura de Damiana da Cunha, o que traz uma contribuição significativa para a compreensão da história e do papel dessas mulheres na sociedade e na política dessa época.

Seguindo com o texto "A Santa Negra do Cariri: racismo e devoção no Ceará do pós-abolição", as autoras Daniela Márcia Medina Pereira Agapto, Doutora em História pelo PPGH-UFF, e Maria de Fátima Pinho, Professora Adjunta na URCA, contribuem para a análise da trajetória de uma jovem venerada como santa em Juazeiro do Norte, Ceará, em 1887, trazendo valiosas reflexões sobre devoção, racismo e representações sociais no contexto pós-abolição do Brasil. O oitavo texto, intitulado "As rainhas do maxixe: gênero e raça no teatro de revista carioca (1889-1920)" escrito por Juliana da Conceição Pereira, Doutora em História Social pelo PPGH-UFF, procura investigar o impacto das "rainhas do maxixe" no cenário teatral do Rio de Janeiro entre 1889 e 1920. Além de analisar suas representações no mercado de entretenimento e as complexas dinâmicas de hierarquia racial e de gênero

presentes, também examina como suas imagens foram construídas nos relatos jornalísticos, mesmo enfrentando críticas negativas, enquanto as artistas buscavam autonomia e reconhecimento.

Através do último texto da obra, “Sertanejas defloradas: ideias de modernidade, convenções de gênero e insubmissões femininas em processos de sedução no sertão da Bahia”, redigido por Tânia Mara Pereira Vasconcelos, docente auxiliar do DCH-V - UNEB, são examinadas as convenções de gênero, as ideias de modernidade e as resistências femininas a partir dos discursos produzidos por uma elite letrada nos jornais locais e nos processos de sedução na cidade de Jacobina, Bahia, em 1940. Esta análise se destaca ao evidenciar a importância e as complexas dinâmicas sociais e de poder que caracterizavam a região naquele período específico, proporcionando uma visão mais ampla das resistências femininas ao modelo de feminilidade preconizado pelas classes dominantes. Por fim, como encerramento do livro "Mulheres no Mundo Atlântico", encontra-se uma entrevista com Rachel Soihet, Doutora em História pela Universidade de São Paulo. Nesse diálogo, a pesquisadora compartilha percepções essenciais sobre seu interesse na história das mulheres e os motivos que a levaram a se dedicar a esse campo de estudo, enriquecendo a obra com uma complementação de conteúdo significativa.

Com as devidas contextualizações apresentadas, esta resenha se concentrará em analisar mais detalhadamente o capítulo “As Mulheres Indígenas na Formação do Brasil: historiografia, agências nativas e símbolos nacionais”, que ao introduzir uma nova forma de problematização do ponto de vista dos sujeitos sociais, em especial da mulher nativa no papel de intercessora entre seu etnônimo e a cristalização da sociedade colonial, desempenha função fundamental dentro do contexto da inovadora obra. Função na qual, a autora da divisão, Elisa Frühauf Garcia, demonstra ao apresentar os primeiros resultados de um estudo que descortina a compreensão das mulheres nativas na dinâmica quinhentista, ao discutir abordagens teórico-metodológicas que promoveram sistematicamente a montagem de uma percepção androcêntrica e gerontocrática da colonialidade.

Antes de prosseguir, convém inserir um parêntese quanto ao processo de organização colonial na historiografia brasileira. Pois, quando não havia a preocupação em relatar os aspectos acerca da terra, ou a ênfase no estudo dos sistemas econômicos, da exploração e da instalação da grande lavoura, tendia-se a reduzir a participação indígena feminina à uma coadjuvação passiva em todas as instâncias do contato, atribuindo exclusivamente aos agentes coloniais, aos homens “brancos”, a governança do processo histórico, o que, por si só, sugere

de forma efusiva como determinadas figuras humanas serão vistas e retratadas subsequentemente.

Essa constatação se destaca de maneira bastante apropriada, quando a autora indica como as reflexões teórico-metodológicas do século XIX se utilizam da dimensão da mestiçagem e de sua relação com o estabelecimento da sociedade colonial, para a elaboração de uma história nacional. Tais ponderações, ao ressaltar o corpo e a sexualidade feminina, destacavam-nas de maneira quase exclusiva perante o casamento, onde “suas ações eram apresentadas como baseadas no amor romântico e nas dimensões domésticas e emocionais da existência” (p.32), o que, por sua vez, desconsiderava uma possível atuação política das mesmas e que contribuía para a representação dessas mulheres como fundamentais para a formação da identidade nacional brasileira.

É explorando esse viés que a autora propõe, mais profundamente, em termos de problematização bibliográfica e algumas fontes mais convencionais, mas não de giro metodológico significativo, - tema que exploraremos mais a fundo adiante - um problema de extrema relevância e no qual carrega diversas lacunas: A mulher indígena. Aqui, o gênero é evocado para pensar a alteridade e as lutas sociais pela emancipação feminina na relação entre mulheres nativas e homens europeus para o estabelecimento da sociedade colonial no Brasil, em que a historiadora se afasta da esfera da representação diagnóstica sobre a mulher indígena no imaginário europeu, para entrar na dinâmica social desencadeada pela conquista.

Nesse sentido, a mulher não é vista apenas como sujeito, mas como uma agência, uma ação consciente da mulher indígena no processo da colonização. Essa inversão de pensamento não se trata de uma mera questão estilística para tratar do assunto, ao contrário, retrata uma transição perspicaz da percepção, visto que implica em compreender como a conduta humana age ativamente através do curso dos eventos e das circunstâncias históricas. Ainda sim, para fins de considerações, é importante notar que, ao introduzir um prisma de gênero na história desses sujeitos sociais, não significa que se está alcançando uma compreensão real de sua situação, pois a interpretação de gênero é apenas uma das perspectivas, e promover um giro epistemológico do ponto de vista de fontes e problemas, não implica na aproximação de uma história do real da mulher indígena, mas estará, sem dúvida, contribuindo na forma de indagar e na descolonização da indagação.

Logo, pode-se aferir que, ao colocar a montagem da sociedade colonial a partir da observação humana, a autora procura não só refletir a ideia da mulher como intermediária da relação do europeu com o indígena nessa construção, mas também como a ligação interétnica deve ser vista do ponto de vista político, da des-romantização e da coletividade indígena.

Apenas as filhas de principais, as “princesas indígenas”, se destacaram como parceiras de portugueses e agentes que participaram do empreendimento colonial, essa noção é importante pois, além de assinalar a dificuldade em abordar as mulheres nativas como um grupo coeso, ajuda a entender como estas “fortaleciam a si e a suas famílias no contexto local, através do acesso a bens materiais e políticos” (p.32). Ao levar isso em análise, a autora discute as breves lacunas da vida de três mulheres que acabaram sendo lembradas nas narrativas sobre a história do século XVI brasileiro: Catarina Paraguaçu, Bartira e Maria do Espírito Santo Arco Verde.

Contudo, é preciso identificar que levantar tais perspectivas implica em falar de alguns limites desse giro epistemológico, ou seja, os obstáculos teóricos e metodológicos que se enfrenta para tratar da figura humana, em especial da mulher nativa nesse contexto. Quando se questiona, por exemplo, a quem pertence o lugar da fala, considerando o documento escrito, as imagens e o lugar da problematização, observa-se que este é em grande medida masculino. Essa abordagem, por apresentar a maior fonte disponível de documentação, tende não só a demonstrar o primeiro obstáculo epistemológico ao pensar na história da mulher indígena, mas leva a narrativas com indícios de dificuldade em detectar os diferentes olhares e nuances da questão. Embora, seja importante ressaltar que, mesmo diante da consciência das limitações inerentes que tal lugar da fala manifesta e a escassez de outras fontes sobre o assunto, a qual nos conduz a trabalhar com a prevalência de uma escrita majoritariamente masculina, a abordagem problematizadora não inova nem um pouco, no sentido do diálogo com materiais inéditos e na utilização de mais bases documentais, concentrando-se assim, em uma perspectiva predominantemente bibliográfica, um aspecto que também impõe diversas restrições à análise do tema.

Já ao mergulhar no universo das mulheres bem sucedidas conquistadoras, a autora desconsidera todo o contexto das mulheres que enfrentaram situações de degradação; onde encontrá-las, bem como quais eram suas estratégias para sobreviver dentro desse sistema, ou seu papel nas dinâmicas da época. E em certa medida, por direcionar sua lente nas “princesas indígenas”, nota-se uma preservação de determinados estereótipos produzidos através do prisma da Virgem Maria, mãe de Jesus Cristo. Posto que, para salvaguardar a vida moral diante dos perigos que algumas mulheres propagavam, julgava-se necessário exercer controle sobre elas, domesticá-las, e, para isso, era despertada a imagem moral-cristã de mulher redentora, com uma certa vocação natural para o cuidado e vinculada a salvação, assim como ocorre com Maria do Espírito Santo Arco Verde em sua relação com o português Jerônimo de Albuquerque, onde, mesmo “Destinado a uma cerimônia antropofágica, [...] A filha do

cacique se “apaixonou” e intercedeu junto a seu pai, o principal Arco Verde, solicitando que “o torto” fosse poupado.” (p.41).

Apontar esse aspecto nos leva a questionar diretamente o enquadramento cristão da problematização. As agências indígenas, a título de exemplo, não estiveram apenas enquadradas no casamento heterossexual cristão, tratar da mulher nativa a partir da dimensão do matrimônio, como estratégia, como partícipe da formação da sociedade colonial e do fortalecimento dos grupos indígenas é importante, mas o que pode ter sido a mulher indígena, para além da imagem refletida na lente? Em que outras dinâmicas sociais podem ter se envolvido? Onde estão as perspectivas das mulheres líderes dentro de seus etnônimos e outros tipos de ações ativas e resistências que fujam desse enquadramento? Essas são perguntas que infelizmente ficam sem suas devidas considerações.

Ainda assim, em seu conjunto, não apenas o capítulo “As Mulheres Indígenas na Formação do Brasil: historiografia, agências nativas e símbolos nacionais”, mas também o próprio manuscrito representa uma análise instigante que há muito necessitávamos. Aborda um tema extremamente relevante que auxilia a preencher lacunas em meio a uma historiografia com enfoque de gênero. Explora a elaboração de novas perguntas para abordagens já conhecidas e as desafia em diversos aspectos, tratando de forma minuciosa e genuína a mulher desde a era moderna até a contemporaneidade, adentrando em seus detalhes, explorando a construção do indivíduo como um ser social e, por fim, ressaltando sua interação com o fenômeno social que contribui para moldá-la, do qual ela é uma parte essencial.